

Trabalhadores rejeitam parcialmente contraproposta da Caema e deliberam por paralisação de 24 hs

Os trabalhadores e trabalhadoras da Caema, reunidos em Assembleia Geral, em São Luís e Regionais nos dias 23 e 24 de junho, deliberaram pela rejeição parcial da segunda contraproposta da Caema; aprovaram propostas a serem apresentadas à diretoria da empresa para combater a crise financeira; e decidiram por paralisação de advertência de 24 horas no dia 1º de Julho (próxima sexta) se, até lá, as negociações não avançarem.

A categoria considerou vergonhosa a proposta da empresa de reajuste salarial de 10% (sem retroatividade) apenas para quem recebe remuneração de até 10 mil reais em troca de total quitação de todos os passivos do período (2018/2022), inclusive de qualquer decisão judicial do Dissídio Coletivo 2019, que tramita na Justiça.

A proposta é divisionista, tem clara intenção de dividir os caemeiros e caemeiras; é vergonhosa, uma vez que oferece 10% quando as perdas acumuladas no período 2018/2022 já ultrapassam os 30%, resultado de quatro anos sem reajuste; e por fim, é indecente, pois oferece uma migalha e pede que o trabalhador abra mão de possíveis passivos, inclusive os que estão sob análise no dissídio coletivo, em matéria já judicializada.



No caso das demais cláusulas, como já divulgamos, não há nenhuma alteração em relação à primeira contraproposta, ou seja, não houve nenhum avanço.

A Caema trata seus trabalhadores e trabalhadoras com profundo desrespeito e dar continuidade à política de desvalorização do trabalho, marcada ainda pela má gestão administrativo-financeira e total falta de transparência.

Diante de tudo isso, os trabalhadores decidiram por:

1. Rejeição Parcial da Contraproposta da empresa, com volta imediata ao processo negocial;

2. Paralisação de advertência de 24 horas no dia 1º de Julho, caso não haja avanços;

3. Reivindicar que o Presidente e/ou o Diretor de Administrativo-Financeiro participem efetivamente do processo negocial, sentando à mesa de negociação com o Sindicato;

4. (Re)Apresentar um rol de propostas para a diretoria da Caema para melhoria da crise financeira e uma gestão mais transparente (ver quadro no verso).

Agora, é intensificar a mobilização, construir a paralisação de 24 horas e mostrar para a diretoria da Caema, mais uma vez, que caemeiro e caemeira merece respeito.



PROPOSTAS PARA A DIRETORIA DA CAEMA COMEÇAR A COMBATER A CRISE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA:

1 - REDUÇÃO DOS CARGOS GRATIFICADOS PARA 54 PESSOAS - conforme determina o ACT, CLAUSULA 77 – CARGOS GRATIFICADOS;

2 – Extinção da GETAT – Gratificação Técnica - por total falta de transparência dos critérios da mesma.

3 – Gerentes da casa - Todos os gerentes regionais devem ser do quadro próprio da empresa.

4 – Rescisão do Contrato de pelo menos um dos escritórios de advocacia contratados, uma vez que a Caema possui 12 (doze) advogados no seu quadro próprio. Aqui, cabe ressaltar que o Stiu-Ma recebeu uma denúncia que um membro da assessoria jurídica da Caema seria sócio/a de um escritório de advocacia contratado pela Companhia. Pode até não ser ilegal, mas anti-ético, com certeza. Estamos apurando.

5 – Mais transparência na gestão - O Stiu-Ma espera que a presidência da Caema responda aos ofícios enviados pelo Sindicato solicitando informações financeiras, em especial os ofícios:

163/2022, de 27 de maio de 2022, que solicita:

- Faturamento/Receita da CAEMA dos meses de Março e Abril /2022;

- Débito das seguintes Prefeituras com a CAEMA: Acailândia, Barra do Corda, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru, Pedreiras, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos e São Luís; - Investimento nos últimos dez anos, não amortizados em Imperatriz e Pinheiro;

- Despesas de manutenção do serviço (salários, insumos, energia, etc...) em Imperatriz, Santa Inês e Pinheiro.

165/2022, de 30 de maio de 2022 que solicita:

- Listagem por localidade de trabalho dos empregados que exercem CARGOS DE CONFIANÇA na Companhia, mas que não são do quadro dessa empresa.

Só com essas informações, podemos mensurar alguns cenários de solução para a crise da Caema, mas como isso implica em relações políticas e decisões questionáveis de gestão, até hoje, não temos resposta efetiva.

6 - Reabertura das agências de negócio de São Luís (Anjo da Guarda, Cohab, Cid. Operária).

7 - Comissão com autonomia - Que o Presidente e Diretor Administrativo-financeiro estejam na mesa de negociação, porque é preciso que quem negocie tenha autonomia.

APROVADO!

SE A NEGOCIAÇÃO
NÃO AVANÇAR E A
PROPOSTA NÃO
MELHORAR, A
GENTE CRUZA OS
BRAÇOS NA
PRÓXIMA SEXTA.

